



PSICANÁLISE

Belinda Mandelbaum
Marcelo Ribeiro

Desemprego

Uma abordagem psicossocial

Blucher

DESEMPREGO

Uma abordagem psicossocial

Belinda Mandelbaum

Marcelo Ribeiro

Desemprego: uma abordagem psicossocial
© 2017 Belinda Mandelbaum e Marcelo Ribeiro
Editora Edgard Blücher Ltda.

Figura da capa: iStockPhoto

Os autores contaram com o apoio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a realização deste livro.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Mandelbaum, Belinda
Desemprego : uma abordagem
psicossocial / Belinda Mandelbaum,
Marcelo Ribeiro. – São Paulo : Blucher,
2017.
120 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-212-1164-8

1. Psicologia social 2. Desemprego –
aspectos psicológicos 3. Desempregados I.
Título II. Ribeiro, Marcelo

16-0128

CDD 150.195

Índices para catálogo sistemático:
1. Psicologia social – Desemprego

Conteúdo

1. O desemprego contemporâneo	17
2. Impactos psíquicos e sociais do desemprego	27
3. Escutando desempregados	45
4. Pedro, desempregado	57
5. Dos desempregados à economia: o sistema econômico de mercado e seu impacto na vida social	69
6. Da economia aos desempregados: concepções do social e dinâmicas familiares entre a cultura popular e a cultura de massas	83
Notas finais	105
Filmes que sugerimos	107
Instituições de informação e atendimento que recomendamos	111
Referências	115

1. O desemprego contemporâneo

As mudanças a que assistimos em nosso mundo atual têm um de seus maiores impactos na relação das pessoas com o trabalho. Com intensidade maior a partir dos anos 1970 no hemisfério norte e a partir dos anos 1980 no hemisfério sul, incluindo o Brasil, transformações mundiais significativas nos modos de produção e acúmulo de capital, pautadas por uma política econômica englobada sob o nome de neoliberalismo, caracterizaram-se pela desregulamentação financeira, que se fez acompanhar da desregulamentação das relações de trabalho, num universo regido por uma lógica dada exclusivamente pelo funcionamento competitivo do mercado, que transformou o espaço social num espaço regido por interesses privados do capital.

O cientista social Gilberto Dupas (2005) aponta que, na modernidade, a mediação entre o público e o privado se dava, prioritariamente, pela esfera política (Estado), constituindo uma relação entre dominantes e dominados, enquanto na contemporaneidade esta mesma mediação tem se processado pela esfera econômica (mercado), transformando a relação entre dominantes e domina-

dos em uma relação entre incluídos e excluídos. Essa mediação contemporânea baseada na mobilidade do capital e na emergência de um mercado global gerou uma nova elite, dominadora dos fluxos do capital financeiro e das informações, organizada por meio de redes e *clusters*, com uma consequente redução progressiva de seus vínculos com as comunidades de origem. Em síntese: “Como consequência, enquanto o mercado internacional unificou-se, a autoridade estatal enfraqueceu-se” (Dupas, 2005, p. 35).

O geógrafo Milton Santos (2000) diz que houve a passagem da política dos Estados à política das empresas, na qual a economia e a cultura, antes pertencentes à coletividade, estão a serviço de interesses privados, não públicos, vinculados ao desenvolvimento econômico, sem contrapartida social, com base no neoliberalismo, resultando em individualismos extremos, abandono da vida social aos mecanismos de mercado e a potencial desagregação das sociedades política e civil – tese corroborada pelos cientistas sociais Robert Castel (2009), Gilberto Dupas (2005) e Alain Touraine (1998).

É importante salientar que, no neoliberalismo, o Estado não está ausente ou se tornou menor, como em geral é dito na mídia; ele está mais flexível aos interesses econômicos dominantes e diminui a preocupação com o interesse coletivo, em um movimento de privatização do Estado, numa verdadeira destruição, de acordo com o geógrafo David Harvey (2007), da criatividade das instituições organizadoras existentes na sociedade e das estruturas da força de trabalho.

Ainda segundo Milton Santos (2000), a ação humana é forçada a se reduzir aos interesses do mercado e não mais aos interesses da própria humanidade, tanto no que se refere a uma globalização econômica (produção material) quanto a uma globalização cultural (produção de modos de relação social), como por exemplo se dá na

esfera das relações de trabalho, relações estas invadidas e significadas por novas lógicas e terminologias construídas com o real objetivo de consolidar o neoliberalismo como base psicossocial para a vida, conforme propõe o cientista social Osvaldo Lopez Ruiz (2013) ao dizer que o mundo sociolaboral contemporâneo estaria marcado por um *ethos* oriundo das teorias econômicas e das doutrinas da administração que transformaram a empresa no modo predominante de subjetivação para a vida humana, por meio da incorporação de noções como capital humano, inovação e empreendedorismo como guias da vida sociolaboral. A nossa vida cotidiana, então, passaria a ser determinada pelos interesses econômicos, e tudo aquilo que devemos fazer, segundo esta lógica que vem sendo imposta sobre as pessoas, deve ser feito a partir desses interesses.

No campo do trabalho, então, esse estado de coisas manifestou-se na forma de reestruturações profundas dos processos de produção, tanto no sentido de uma vertiginosa automação industrial e informatização dos procedimentos administrativos, quanto da pulverização das próprias formas de relação dos homens com o trabalho que, sob a dominância da desregulamentação das relações trabalhistas, passaram a incluir cada vez mais uma diversidade enorme de vínculos – o trabalho temporário, de tempo parcial, terceirizado, informal, o subemprego etc. –, o que vem promovendo a fragmentação das formas de relação tanto dos homens com o trabalho como entre si, tornando-se cada vez mais difícil a coesão dos trabalhadores em torno de lutas e reivindicações comuns. Tudo isso quer dizer que a situação sociolaboral atual tem sido marcada por um processo de flexibilização em todos os níveis do mundo do trabalho.

Em termos da organização dos trabalhadores, para o cientista social Giovanni Alves (2000) há uma perda da representatividade e um enfraquecimento dos sindicatos em função da heterogenei-

zação dos vínculos de trabalho (terceirização, prestação de serviços, trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, teletrabalho), bem como uma fragmentação profissional, como apontam a psicóloga social Tânia Fonseca (2002) e a psicóloga norte-americana Mary Sue Richardson (1993), uma vez que os espaços de trabalho estão atualmente estruturados ao redor de funções e não de profissões, fenômeno que torna difícil a identificação dos trabalhadores entre si e inviabiliza a sua organização em torno de algo em comum.

A flexibilização das relações de trabalho tem se realizado por meio da singularização dos contratos de trabalho e da pluralização e movimentação constante do conjunto de trabalhadores em dado espaço de trabalho, em função de processos diferenciados que podem ser divididos, segundo Valmíria Piccinini, Sidinei Oliveira e Nilson Rübenich (2006), em: (a) flexibilização quantitativa externa, pelo deslocamento das atividades para outras organizações de trabalho por meio da terceirização, da rede de empresas, do trabalho em domicílio e das cooperativas de trabalho; (b) flexibilização quantitativa interna, pelo aumento da quantidade de mão de obra sem aumento do quadro funcional, por meio de trabalho temporário, em tempo parcial, de tempo compartilhado, suspensão temporária de contrato de trabalho (*lay off*) e estágios; (c) flexibilização funcional, por meio das exigências de multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores; (d) flexibilização externa das formas de trabalho, ou seja, flexibilização de quando e onde o trabalho será realizado, por meio do teletrabalho, trabalho em domicílio e em rede de empresas; e (e) flexibilização interna das formas de trabalho, ou seja, flexibilização de quando e onde o trabalho será realizado pelo quadro funcional dentro das dependências da empresa, através de horas extras, banco de horas, jornada de trabalho flexível, turnos e semana reduzida de trabalho.

Em termos de segurança e estabilidade, assistimos a um movimento de diminuição de empregos e avanço de processos de informalidade, com conseqüente diminuição da proteção social dos trabalhadores. Para diversos autores (Antunes, 2011; Castel, 2009; Touraine, 2007 e Krein, 2013), o mundo do trabalho contemporâneo tem sido marcado pelas rupturas e fragilizações de estruturas tradicionais e a emergência de dinâmicas de trabalho mais fluídas, tornando-o mais flexível, heterogêneo e complexo, o que gera, de um lado, abertura para mudanças e inovações, mas, de outro, frequentes situações de precarização, instabilidade e insegurança, bem como uma maior responsabilização dos próprios trabalhadores sobre seu trabalho e sua carreira, dentro da chamada flexissegurança (Auer, 2007; Sultana, 2013) ou estabilidade contemporânea, como a define o psicólogo social Marcelo Ribeiro (2014): não marcada pela instabilidade, mas por uma nova forma de estabilidade conseguida pela posição ativa das pessoas nas relações com os contextos socio-laborais, a fim de gerar experiências de continuidade e sentido na vida de trabalho.

Esta situação recebeu o nome de flexissegurança, pois reduziu a segurança no trabalho oferecida pelo Estado e pelas empresas, e transferiu parte desta responsabilidade para as próprias pessoas. Por exemplo, agora é recomendável que os trabalhadores constituam parte de sua própria aposentadoria por meio de planos de previdência privada ou, ainda, que invistam em sua qualificação por conta própria. Dessa forma, os trabalhadores têm agora maior responsabilidade sobre suas carreiras e devem geri-las, ficando mais solitários nesta tarefa, com menor apoio do Estado e do mercado de trabalho.

Em termos de condições de trabalho, as mudanças nas lógicas da segurança e da estabilidade têm reforçado situações clássicas de precarização do trabalho como o aumento do desemprego e

da informalidade, bem como produzido novas situações, como a criação de modalidades intermediárias de trabalho que possuem algumas características do emprego, mas que tiram vários direitos e proteções sociais do trabalhador, nomeadas genericamente de subemprego pelos psicólogos sociais Joseh Blanch (2003) e Leonardo Novo (2005). As diversas modalidades de subemprego, somadas à “flexissegurança”, têm feito muitos trabalhadores viverem em condições de vulnerabilidade psicossocial, definida por Marcelo Ribeiro (2011) a partir da proposta do médico Ricardo Ayres et al. (2006) como

uma diminuição da possibilidade de estabelecer vínculos e redes sociais, não uma fragilidade pessoal, nem institucional, e sim relacional, ou seja, a vulnerabilidade psicossocial seria a resultante de contextos de intersubjetividade, isto é, espaços delimitados (sociais, culturais, laborais, econômicos, simbólicos) de relação, geradores de vulnerabilidade, nos quais as pessoas se encontram em dificuldade de estabelecer vínculos em alguma dimensão significativa da vida, como o trabalho (Ribeiro, 2011, pp. 60-61).

Essa vulnerabilidade se processa por conta das transformações neoliberais, com enfraquecimento institucional do Estado, e torna os trabalhadores mais fragilizados e mais solitários, redundando, nas palavras da cientista social francesa Béatrice Appay (2005), em uma institucionalização da precariedade, procedente das transformações referentes ao trabalho e à proteção social.

Para a economista Graça Druck (2011), na realidade brasileira, as principais modalidades geradoras da precarização do trabalho

são a vulnerabilidade das formas de inserção e as desigualdades sociais, mas também, mais especificamente, a intensificação do trabalho e a terceirização, a insegurança e a questão da saúde (ou falta dela) no trabalho, a perda das identidades individuais e coletivas (muito frequente em situações prolongadas de desemprego), a fragilização da organização dos trabalhadores e a condenação e descarte dos Direitos do Trabalho.

É nesse contexto, enfim, que diversos fatores entrelaçados, entre os quais a retração da responsabilidade das políticas governamentais em relação a garantir direitos mínimos dos empregados, a prevalência de um sistema de gerenciamento em que predominam os resultados do ganho de capital sobre o entendimento das responsabilidades sociais das organizações e os processos de automação e informatização de bens e serviços têm contribuído para gerar, em todo o mundo – ainda que com importantes diferenças regionais¹ – o desemprego de um enorme contingente de trabalhadores de todos os setores e classes sociais.

Neste momento, em nosso país, assistimos a uma nova ascensão dos níveis de desemprego, que vinham decaindo desde os primeiros anos do século XXI, durante os dois governos do presidente Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada de forma contínua entre o Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) em sete regiões metropolitanas do país (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife

1 Para uma discussão sobre os níveis de desemprego em diferentes países, ver Mattoso, J. (2000). *O Brasil desempregado* (2. ed.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Além disso, os dados gerados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) são também fontes significativas de informações.

e Salvador), mostrava em maio de 2015 que a taxa de desemprego estava em ascensão em todas as regiões pesquisadas, com variações importantes entre elas. Tomando como referência a taxa de maio de 2014, a PED mostra elevação de 1,5% em São Paulo.²

O desemprego volta a constituir hoje, assim, uma situação clara e preocupante de vulnerabilidade psicossocial. De acordo com o economista Marcelo Proni (2013), há ainda outros grupos de trabalhadores em situação vulnerável no Brasil além dos desempregados, entre eles as pessoas privadas de um trabalho remunerado, as pessoas que exercem trabalho informal com rendimento mensal inferior ao mínimo legal e os trabalhadores que não contribuem para o Instituto de Previdência e recebem uma remuneração relativamente baixa, ainda que não inferior ao mínimo legal. Proni segue dizendo que “o desemprego, os baixos salários, a informalidade e a falta de proteção são problemas graves que afetam parcela significativa dos trabalhadores brasileiros” (p. 826).

É importante salientar que, no mercado de trabalho brasileiro, ao contrário do que ocorreu nos Estados de bem-estar social (que integram o que chamamos de Primeiro Mundo), o pleno emprego nunca fez parte da realidade – sempre houve uma parcela significativa da população fora dos vínculos formais de emprego, dedicando-se a ocupações desprotegidas e não reguladas, genericamente

2 Este número inclui tanto os trabalhadores sem emprego que buscaram trabalho nas semanas de referência da pesquisa – englobados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na categoria de *desemprego aberto* –, quanto aqueles que, sem um emprego regular, procuram formas alternativas ao mercado formal para dar conta de sua subsistência ou ainda que, por diversos motivos, entre os quais o desalento, não procuraram emprego nas semanas de referência – englobados na categoria de *desemprego oculto*. Para dados mais detalhados das regiões pesquisadas, ver <http://www.seade.gov.br/pesquisas-em-andamento/pesquisa-de-emprego-e-desemprego-ped/>.

chamadas de informalidade. Pode-se mesmo dizer que a informalidade é uma questão de ordem estrutural no mercado de trabalho brasileiro, e o desemprego muitas vezes é evitado pela inserção na economia informal, o que pode ser uma solução para alguns e um mascaramento da situação de desemprego para outros, como indica a administradora de empresas Márcia Costa (2010).

Uma revisão da literatura sobre a temática do desemprego apresenta autores clássicos e contemporâneos que discutem, principalmente, questões macrossociais e políticas do desemprego: é o caso dos textos do brasileiro Ricardo Antunes (2010), do francês Didier Demazière (2006), do húngaro István Mészáros (2006); questões do impacto psicossocial do desemprego na vida das pessoas em situação de desemprego e, também, naquelas empregadas: vão nesse sentido as pesquisas dos espanhóis Juan José Castillo (1998) e José Luis Álvaro Estramiana (1992, 2012), dos brasileiros Antônio Carlos de Barros Júnior (2014), Celso Barros e Tatiane Oliveira (2009), Anete Farina e Tatiane Neves (2007), Marcelo Ribeiro (2010) e Belinda Mandelbaum (2009), e da argentina Cecília Moise (2000); e a questão da psicopatologia do desemprego, nos trabalhos da austríaca Marie Jahoda (1987) e dos brasileiros Edith Seligmann-Silva (1999) e João Bosco Feitosa dos Santos (2000).



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

Desemprego

Uma abordagem psicossocial

**Belinda Mandelbaum,
Marcelo Ribeiro**

ISBN: 9788521211648

Páginas: 120

Formato: 14x21 cm

Ano de Publicação: 2017
